

A Congregação Geral 32.a da Companhia de Jesus

P. LUCIANO PEDRO MENDES DE ALMEIDA, S.J.

Doutor em Filosofia pela Universidade Gregoriana, membro eleito para a 32.ª Congregação Geral da Companhia de Jesus.

Realizou-se em Roma, de 2 de dezembro de 1974 a 7 de março de 1975, a 32.ª Congregação Geral da Ordem desde a sua fundação. Dela participaram os superiores maiores e delegados das 85 províncias num total de 237 membros. Convocada pelo P. Geral, P. Pedro Arrupe, segundo as Constituições, para tratar de assuntos importantes para a vida da Companhia de Jesus, esta reunião caracterizou-se pela esmerada preparação de quatro anos, na qual colaboraram todas as comunidades de jesuítas, pelo aprofundamento da Congregação Geral precedente (1965-66), realizada no clima de renovação inspirado pelo Concílio Vaticano II e pela experiência de fraternidade e união.

O OBJETIVO DA CONGREGAÇÃO GERAL

A Congregação Geral dos jesuítas não é de convocação periódica. As Constituições prevêm sua realização para o caso de eleição do Superior Geral, cujo cargo é vitalício e para tratar de questões graves

segundo o parecer das províncias. Desde a primeira aprovação da Companhia de Jesus, pelo Santo Padre Paulo III, em 27 de setembro de 1540, reuniram-se 25 Congregações Gerais para eleger um novo Geral e seis outras foram convocadas para rever e orientar a atividade apostólica da Ordem. A Congregação Geral é o único corpo legislativo da Companhia de Jesus. Não é um Parlamento que se reúne com frequência, nem é um instrumento ordinário de governo. O sistema capitular, comum entre outros Institutos religiosos, não se aplica entre os jesuítas. O governo ordinário pertence, com efeito, ao Superior Geral e aos que com ele colaboram na qualidade de superiores provinciais, nomeados por um tempo determinado. Ao lado do Geral, quatro Assistentes eleitos pela Congregação Geral, exercem a solícitude da Companhia sobre o Padre Geral e velam para que no desempenho de seu cargo, governe de acordo com as Constituições da Ordem.

Por que se convocou a atual Congregação Geral?

Em outubro de 1970, os procuradores das províncias reunidos em Roma constataram que os problemas surgidos na Companhia de Jesus desde a última Congregação, em 1966, em meio a mudanças tão rápidas e profundas na Igreja e no mundo, requeriam um exame profundo, objetivo e aberto. Isto exigiria uma larga preparação. Assim, optaram os procuradores por não se convocar logo a reunião, mas deixar nas mãos do Geral determinar oportunamente o momento de sua convocação. Meses mais tarde, P. Arrupe deu a todos os jesuítas conhecimento de sua decisão de realizar a Congregação Geral para tratar de temas importantes e difíceis que interessavam a todo o corpo da Companhia. A reunião haveria de ser um período "de revisão, de reconhecimento de falhas e limitações, de desejo de união e revigoramento espiritual e de discernimento a respeito das imensas oportunidades para o apostolado, que oferece o momento presente."

A PREPARAÇÃO

Não se conhece na história dos jesuítas uma assembléia que tenha sido preparada com tanta antecedência e participação de todos os membros. Durante quatro anos movimentaram-se os jesuítas em todo o mundo. As comunidades aplicavam-se à oração e ao estudo dos temas. Grupos de trabalho especializados reuniram mais de duzentos jesuítas para aprofundar as questões históricas e jurídicas indispensáveis para um discernimento acertado dos problemas. Realizaram-se as assembléias locais, nas quais se elegeram os dois delegados que com o provincial integrariam a representação da respectiva Província a Roma. É destas assembléias que provém o maior número de pedidos e aspirações da base ("postulados")

propostos à Congregação Geral. Num total de 1020 postulados, 934 eram provenientes destas Congregações provinciais. O conjunto destas proposições enviado com antecedência a todos os participantes, forma a matéria a ser tratada pela Congregação Geral. A qualquer jesuíta é concedido o direito de apresentar postulados, que são analisados nas reuniões de província ou diretamente mandados à Roma. Podemos imaginar o que significaram estes anos de preparação em termos de pesquisas, relatórios, reuniões de aprofundamento e trabalho de interiorização pela oração sobre os temas propostos. É só à luz desta atividade preparatória que pode ser entendido o fruto dos três meses finais de reunião dos padres congregados. Os participantes da Congregação, com efeito, não vinham à Roma levantar a problemática, mas encarninhar soluções e discernir entre alternativas.

A REUNIÃO DE 96 DIAS

Dos 238 membros convocados só não compareceu o delegado da România por não lhe ter sido concedido o visto de saída. Fato notável na história das congregações era a proporção elevada dos representantes da África e Ásia. Quarenta membros provinham da América Latina e oito do Brasil. A idade média dos congregados era de 49 anos, e apenas oito superavam 64 anos. O membro mais jovem da assembléia tinha 35 anos e nasceu no Chile.

A língua latina permaneceu como a oficial, embora o serviço de tradução simultânea permitisse o uso das línguas mais faladas no ocidente. Constatou-se que todos conheciam o inglês ou o francês.

Além do trabalho nas 83 sessões plenárias, era intensa a atividade em grupos menores, segundo as línguas comuns e regiões geográficas de apostolado. A estes grupos pertencia avaliar e aprofundar as elaborações propostas por dez comissões de temas, encarregados de analisar os postulados enviados à Congregação. Um Conselho de seis membros, cujo presidente é o próprio Geral da Companhia de Jesus, coordenava todos os trabalhos até a elaboração dos documentos normativos para a vida da Ordem.

Uma Congregação Geral, no entanto, não se limita a estudar temas e promulgar normas. É uma experiência de fé e de fraternidade. São dias de intensa oração pessoal e comum, de discernimento espiritual e de convivência amigável entre os que comungam num mesmo ideal dentro da variedade de raças, nações e costumes. Para S. Inácio de Loyola, a coesão da Companhia de Jesus devia se beneficiar muito com a realização de uma Congregação Geral. Se isto era válido ao escrever as Constituições e enviar os primeiros companheiros em missão, muito mais vale hoje. Os

vinte e nove mil membros, espalhados por mais de cem países, precisavam na pessoa de seus representantes deste encontro para se conhecerem melhor, colocar em comum a própria fé em Jesus Cristo, e perceberem no pluralismo das situações em que vivem e trabalham, a identidade de uma só vocação, marcada pelo espírito e carisma do fundador. Neste sentido a riqueza desse encontro fraterno passou a constituir-se como potencial novo de entusiasmo e vontade comum de servir.

OS DOCUMENTOS DA CONGREGAÇÃO

Um documento *introdutório* reafirma o valor da Congregação Geral precedente que visava adaptar a vida da Companhia de Jesus às decisões do Concílio Vaticano II. Reconhece que se para a maior parte dos jesuítas os anos passados desde então foram de graça e fecundidade espiritual e apostólica, houve, no entanto, também defeitos, nascidos seja de exageros no esforço de adaptar-se sem discernimento às novas situações, seja da recusa à renovação. O texto reflete humildade e esperança.

Seguem-se, na edição oficial, quatro seções de documentos.

A *primeira* trata da resposta da Companhia de Jesus às interpeleções de nosso tempo. Abre a série uma declaração sobre a *identidade do jesuíta hoje*. É um texto conciso em estilo atual que coloca em evidência a inspiração originária da Companhia contida na *Fórmula do Instituto* de 1540. O fim da Companhia é, com efeito, defender e propagar a fé e prestar à Igreja qualquer serviço que contribua para a maior glória de Deus e bem comum. Afirma-se, na mesma linha do Sínodo dos Bispos (1971) que na ação e na vida do jesuíta não deve haver separação entre fé e justiça. Sublinha-se a dimensão do corpo apostólico: o jesuíta não age sozinho. É membro de uma comunidade de amigos no Senhor que juntos recebem e cumprem a própria missão. A razão de ser da comunidade jesuíta não é ela mesma, mas o serviço que é chamada a prestar em força da vocação de homens consagrados a Deus, segundo os Conselhos evangélicos, e a serviço da Igreja universal por um vínculo de especial amor e dedicação ao Romano Pontífice. A missão do jesuíta é a de, ao lado de tantos outros na Igreja, continuar a obra de Jesus Cristo em favor do mundo, isto é, a de reconciliar os homens com Deus e reconciliar os homens entre si, de modo a que o dom do amor e da graça construa a paz fundamentada sobre a justiça. Dentro desta missão apostólica que é comum a todo jesuíta, há diversidade de membros. Há os que são ordenados ministros do Evangelho e aqueles que a eles se associam. Toda ação apostólica da Companhia converge

para o serviço sacerdotal da pregação explícita do Evangelho que venha suscitar a fé em Jesus Cristo no coração do homem. O documento termina chamando a atenção para a sublimidade da missão e para a consciência da indignidade dos que a ela se sentem chamados e que por isso devem fundamentar a própria confiança de apóstolos no amor e na graça de Deus.

O segundo documento é uma expressão de fidelidade ao magistério da Igreja e de modo particular ao Sumo Pontífice.

Segue o documento mais amplo da Congregação, denominado: *A diaconia da Fé e a promoção da Justiça*. Embora esta tenha sido sempre a missão da Companhia de Jesus, assume, contudo, hoje um novo significado diante da urgente necessidade e aspirações dos homens de nosso tempo. Mais de dois bilhões de homens e mulheres sobre a face da terra não conhecem a Deus Pai e Àquele que Ele enviou, seu Filho Jesus Cristo. Muitos são os que sofrem a injustiça das instituições e das estruturas que condicionam a vida das nações e da comunidade internacional. A resposta a estas situações é dada na convicção de que só Deus pode converter o coração do homem; daí a necessidade de intensificar-se a vida de oração e também de um esforço concorde de todo jesuíta para rever os próprios métodos, atitudes e instituições. O texto abrange cinco partes: estudo da missão da Companhia de Jesus hoje, análise do desafio do mundo atual, opções para o apostolado, a comunidade apostólica e disposições práticas para a constante revisão do trabalho de evangelização. O documento é fruto da colaboração de muitos jesuítas empenhados em assegurar ao mesmo tempo a força renovadora do texto e o equilíbrio de valores. Assim, afirma-se que o esforço para a promoção da justiça deve ser conduzido de tal forma que suscite nos homens o desejo da libertação escatológica; a libertação do homem a nível social e de estrutura inclui descer até a raiz do mal e estirpar as atitudes profundas de egoísmo e pecado que geram a injustiça no coração do homem, e enquanto o documento sublinha a urgência da promoção da justiça como parte integrante da evangelização, lembra de novo a importância da reflexão teológica, da educação e dos meios de comunicação para o anúncio do Evangelho.

O último documento desta seção é sobre a aculturação da fé e da vida cristã, indispensáveis para a evangelização e edificação da Igreja de Cristo, em todos os continentes, mas de modo especial na África, Ásia e América Latina.

A segunda seção trata da preparação dos que pertencem ao corpo apostólico da Companhia. O texto mais importante é o que articula os princípios de formação do apóstolo para que possa responder

às necessidades de evangelização num mundo onde crescem o ateísmo e as injustiças.

A terceira seção focaliza o *testemunho apostólico* e aborda dois aspectos centrais. Chama em primeiro lugar a atenção sobre a *união* que deve haver entre os jesuítas e cujo fundamento é o amor a Deus alimentado por uma constante oração; sublinha a seguir a caridade fraterna e a vida comunitária. Na linha da tradição inaciana apresenta a obediência como o vínculo da união. O segundo aspecto é o da *pobreza religiosa* para que seja mais autêntica, segundo a determinação deixada pela Congregação precedente. O documento recolhe dez anos de reflexão e experiências na intenção de aprofundar a motivação espiritual da pobreza e de estabelecer normas claras e severas para a renovação da vida de pobreza no que toca à administração dos bens temporais. De agora em diante ficam as comunidades jesuítas bem distintas das obras (instituições apostólicas) quanto à administração de bens. Aplica-se às comunidades o regime das casas professoras de que trata S. Inácio nas Constituições e às quais não é lícito receberem rendas estáveis. Insiste-se no uso apostólico de todos os benefícios e no teor frugal e simples da vida de comunidade, incentivando a imitação mais perfeita de Jesus Cristo pobre e humilde que viveu como trabalhador em Nazareth e identificou-se com a vida árdua dos homens a quem veio salvar. A Companhia de Jesus afirma que não poderá dar resposta às graves necessidades do apostolado hodierno se não reformar primeiro a prática de seu testemunho de pobreza evangélica.

A última seção é dedicada às Congregações Geral e provincial e a disposições sobre o governo central da Ordem na linha das solicitações enviadas pelas províncias. Uma reforma mais radical do sistema de composição e da periodicidade da Congregação Geral, não recolheu a adesão da assembleia que desejou conservar a atual legislação de modo a salvaguardar a maior representatividade das províncias no órgão que detém a maior autoridade na Companhia de Jesus.

A PALAVRA DO SANTO PADRE

Em data de 3 de dezembro, Sua Santidade Paulo VI dirigiu aos jesuítas, por ocasião da abertura dos trabalhos da CG, uma alocução repassada de benevolência e encorajando-os a reconhecer a própria identidade como membros de uma Companhia de Jesus que é "religiosa, apostólica, sacerdotal e ligada ao Sumo Pontífice por especiais vínculos de amor e de serviço". A esta alocução o Santo Padre teve oportunidade de se referir várias vezes mostrando o valor que a ela atribuía como sinal de solicitude por uma Ordem, que por própria natureza está a Ele intimamente ligada.

Quando os trabalhos da CG estavam para ser concluídos, Sua Santidade, em audiência particular, dirigiu uma paterna comunicação ao P. Geral e seus quatro assistentes recentemente eleitos, sublinhando a importância da Fórmula do Instituto aprovada por Paulo III, Fórmula que conserva toda sua força e está na origem da vitalidade apostólica da Companhia de Jesus.

Mas além da palavra oficial, Sua Santidade quis dedicar à CG um acompanhamento constante seguindo com interesse o lento elaborar dos documentos. Antes de sua promulgação, leu-os pessoalmente. A solicitude do Santo Padre no acompanhamento dos trabalhos e nas orientações que deu, veio contribuir fortemente para a consolidação da unidade interna da Companhia de Jesus. Ao restituir os documentos, após a leitura, apresenta-os à inteira Companhia como "conducentes à fidelidade genuína ao carisma inaciano e à Fórmula do Instituto".

CONCLUSÃO

Se os novos documentos vão ficar como enriquecimento do Corpo de leis da Companhia de Jesus e fonte de uma renovação que deseja ser radical, sobretudo no campo da pobreza, o balanço de uma Congregação Geral só poderá ser feito com verdade se levarmos em conta também os frutos que decorrem da reunião de Roma como evento religioso. O passar dos meses permitirá uma decantação paciente em ordem a uma avaliação objetiva dos benefícios espirituais que para além dos documentos derivaram da Congregação Geral para a vida dos jesuítas.

É, não entanto, possível enumerar já alguns destes frutos.

O primeiro foi a experiência coletiva de *conversão* dos que ali estavam e que aos poucos há de atingir a inteira Companhia. Consiste esta conversão num crescimento de modéstia e humildade, na consciência das próprias imperfeições e limites. Em particular reconheceu-se a ação subliminar do secularismo. Daí a necessidade de uma revalorização da fé profunda na vida e na atividade dos jesuítas. A eficácia de todo ministério vem, com efeito, da vida interior do apóstolo, chamado cada vez mais a ser um contemplativo na ação. A percepção do valor da oração surgiu também como consequência do próprio exercício do recurso a Deus que marcou os momentos-chave nas decisões da CG.

Segunda experiência característica é a da abertura apostólica às preocupações e aspirações dos homens de nosso tempo, em especial dos mais desfavorecidos. Houve distanciamento, às vezes, entre a vida dos Jesuítas e os sofrimentos e angústias dos pobres. Nem sempre o apóstolo soube ouvir o clamor das massas sedentas de

Deus. Ponto positivo constatado desde cedo foi o de que a preocupação principal em todos os trabalhos não eram os problemas internos da Ordem, mas a *missão*, os novos desafios que surgem do mundo contemporâneo. Esta atitude de abertura sobre as necessidades do mundo, que surge da verdadeira conversão do coração está na raiz de um vigoroso relançamento apostólico. A missão de evangelizar constituiu-se como eixo condutor da Congregação. A vivência da missão inclui a atitude de maior desinstalação e disponibilidade que torne os jesuítas de hoje aptos como no tempo de Inácio a serem mandados onde melhor puderem servir. Inclui ainda a valorização tão inaciana do discernimento espiritual indispensável ao superior para perceber e tentar resolver as urgências apostólicas.

Finalmente, temos que aludir à experiência coletiva mais forte da CG, a da *união*. Sentia-se cada vez maior a concórdia de todos em buscar em comum as soluções para os problemas em estudo. Não houve blocos nacionais nem ideológicos. Era uma reunião de companheiros de missão numa imprevisível descoberta da comunhão que entre eles havia. Depois de todas as vicissitudes por que veio passando a Companhia de Jesus que viu diminuir as entradas de candidatos e saírem de suas fileiras numerosos homens formados, a experiência tão viva de superação de tensões virá aos poucos fortalecer a coesão do inteiro corpo apostólico da Companhia de Jesus.

A Congregação Geral 32.^a terminou. Resta agora comunicar as experiências, promulgar os decretos. Resta, sobretudo, para cada jesuíta, na docilidade ao Espírito, deixar-se interpelar pelas novas diretrizes e transformar a própria vida para um melhor serviço a Deus e aos homens.